

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

O INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR, por meio da Divisão de Compras, com sede na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775, bairro CIC, Curitiba/PR, doravante denominada simplesmente Tecpar, torna público, para conhecimento dos interessados que no horário de Brasília (DF), data e endereço abaixo, na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Tecpar (RILC), disponível no endereço eletrônico www.tecpar.br e de acordo com a Lei nº 13.303/2016, a Lei Complementar nº 123/06 e suas atualizações, a Lei nº 8.248/1992, fará realizar a licitação pública em epígrafe, na modalidade de **PREGÃO**, na forma eletrônica, com base nos procedimentos definidos na Lei 14.133/21 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO**, conforme descrito neste edital e respectivos anexos.

UASG: 932970

Início da sessão / disputa de lances:
Às: xxhxxm do dia 07/07/2026

No endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>
Número do Edital no sistema: 90043/2026

Reserva de Item/Lote para ME/EPP: Não

Os trabalhos serão conduzidos por empregado do Tecpar, denominado Pregoeiro, designado através da Deliberação-PRE/DAF nº 002/2026, de 06.01.2026.

SEÇÃO I – DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Cabine de Segurança Biológica Classe II A2 e Unidade modular de fluxo unidirecional para o Centro de Insumos para Diagnóstico Veterinário**, de acordo com as especificações e detalhamentos consignados neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será realizada com 02 itens, conforme constante no Termo de Referência, facultando -se ao licitante a participação em quais itens forem do seu interesse.
- 1.3. **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no sistema de compras eletrônicas (<https://www.gov.br/compras/pr-br/>) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.**

SEÇÃO II - DO REGIME DE FORNECIMENTO, PRAZOS, PREÇO MÁXIMO ADMITIDO E RECURSOS FINANCEIROS

- 2.1 A contratação do objeto desta licitação será pelo regime de fornecimento integral conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

- 2.2 O prazo de execução de contrato é de até 180 dias, contados a partir do recebimento pela contratada do pedido formalizado pelo Tecpar.
- 2.3 O prazo de vigência é de 270 dias, contados a partir da assinatura do contrato.
- 2.4 O preço máximo admitido para o presente processo é sigiloso. Em consonância com os Acórdãos TCU-Plenário nº 2.190/2024 e 2.468/2025, a divulgação do orçamento do(s) item(ns) e/ou grupo(s) se dará após a fase de lances, para conhecimento dos licitantes, quando as propostas permanecerem com preços acima da referência.
- 2.5 Os recursos destinados para a presente licitação correrão à conta da unidade orçamentária 4570, iniciativa 8044, classificação da despesa (nível elemento) 559052, Fonte 501.

SEÇÃO III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Poderão participar deste pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.
- 3.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>).
- 3.3 Estarão impedidos de participar, de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
 - 3.3.1 Estejam constituídos sob a forma de consórcio;
 - 3.3.2 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos do artigo 38 da Lei nº 13.303/2016;
 - 3.3.3 Com registro de **inidoneidade** no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
 - 3.3.4 Com registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
 - 3.3.5 Suspensos no Tecpar;.
 - 3.3.6 Que se enquadrem em um ou mais dispositivos dos artigos 43 e 44 do RILC do Tecpar.
- 3.4 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.5 Nos termos preceituados no § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as empresas que porventura ali se enquadrem, não poderão invocar as prerrogativas legais concedidas na lei supracitada.

- 3.6 Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) item/lote(s) reservados e do(s) item/lote(s) de ampla participação, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço;
- 3.7 Será concedido tratamento favorecido para as ME, EPP e para o MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

SEÇÃO IV - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 4.1 O horário de atendimento da Divisão de Compras do Tecpar, em Curitiba/PR, nos dias úteis, é das 8 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas.
- 4.1.1 O envio da petição, quando não houver horário descrito no Edital, poderá ocorrer em qualquer horário (00:00h às 23:59h) dentro do prazo estabelecido.
- 4.2 Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos, deverão ser encaminhados ao Pregoeiro, através do e-mail licitacao@tecpar.br, e só serão aceitos se formulados até às **12:00 horas do dia 03/07/2026**, não sendo consideradas alegações de não entendimento ou de interpretação errônea das condições fixadas para esta licitação, após a abertura do certame;
- 4.2.1 O Pregoeiro responderá aos esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado até às 12:00 horas do último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais a área técnica competente.
- 4.3 Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão. O envio da petição poderá ocorrer em qualquer horário (00:00h às 23:59h) dentro do prazo estipulado.
- 4.3.1 A impugnação deverá ser encaminhada ao Pregoeiro, por meio do e-mail licitacao@tecpar.br.
- 4.3.2 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela área técnica competente, decidir sobre a petição no prazo de até 1 (um) dia útil, contado da data do recebimento, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame.
- 4.3.3 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- 4.4 As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnação, bem como demais informações relevantes, serão divulgadas mediante publicações no sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar, vinculando os participantes e a administração.
- 4.5 Qualquer pedido de esclarecimento ou impugnação, enviado fora do prazo e horário

estabelecidos neste edital, não será conhecido, por ser intempestivo, não tendo o Tecpar obrigação de respondê-lo.

- 4.6 Até a abertura da sessão pública, o e-mail informado licitacao@tecpa.br só serve para que os interessados enviem seus pedidos de esclarecimento ou impugnação, qualquer outro tipo de mensagem enviada não será considerada, não sendo o Tecpar obrigado a respondê-las.

SEÇÃO V - DA REPRESENTAÇÃO E DO CADASTRO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

- 5.1 As licitantes e seus representantes legais deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), conforme instruções que podem ser obtidas na página (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), nos manuais disponíveis para consulta ou, ainda, por meio dos telefones das centrais de atendimento disponíveis na referida página.
- 5.1.1 O credenciamento das licitantes e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 5.1.2 É de responsabilidade das licitantes e de seu representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema de compras eletrônicas e mantê-lo atualizado junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.2 Cabe aos licitantes acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI - DA PROPOSTA INICIAL E SEU PREENCHIMENTO

- 6.1 Antes de postar a proposta de preço em formulário eletrônico, o licitante deverá se manifestar nas declarações disponibilizadas em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, tais como:
- 6.1.1 O pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas neste edital e seus anexos;
- 6.1.2 A sua condição de Microempresa, de Empresa de Pequeno Porte ou de Microempreendedor Individual (ME/EPP/MEI) para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, se for o caso.

- 6.2 A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas observados o prazo e critérios de disputa estabelecidos neste edital.
- 6.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento de propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 6.3 A falsidade da declaração de que trata o item 6.1 e seus subitens sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei 13.303/2016, no RILC do Tecpar e neste Edital.
- 6.4 O licitante deverá preencher de forma expressa no sistema eletrônico, para fins de lances no pregão, os seguintes campos:
 - 6.4.1 Valor unitário e total do item;
 - 6.4.2 Marca;
 - 6.4.3 Fabricante;
 - 6.4.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número de registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 6.5 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.6 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento/execução do objeto.
- 6.7 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.8 A apresentação da(s) proposta(s) implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela(s) contida(s), em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o licitante o compromisso de fornecer/executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer, quando for o caso, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.
- 6.10 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

SEÇÃO VII - DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO, NEGOCIAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

DA ABERTURA

- 7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, hora e local indicados neste edital.
- 7.1.1 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 7.2 Por características do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar, a não desclassificação de propostas antes na fase de lances não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

DA FASE DE LANCES

- 7.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.4 Na fase de disputa, os lances deverão ser ofertados pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 7.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.
- 7.7 **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).**
- 7.8 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.9 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeira sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seus representantes.
- 7.10 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 7.11 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será

prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

- 7.13 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois (02) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 7.15 Encerrada a fase competitiva sem que haja prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.18 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez (10) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro (24) horas da comunicação ao fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.20 O critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR GRUPO, conforme definido neste edital e seus anexos.
- a) **Considerando o julgamento por grupo de itens, para cada item constante de um grupo, não será aceito valor superior ao máximo estimado no processo. Deste modo, para que uma proposta seja aceita, os valores individuais dos itens do grupo e o valor global do grupo não podem, em hipótese alguma, exceder os valores máximos de referência, que serão divulgados após a fase de lances ou da homologação.**
- 7.21 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas (ME), empresa de pequeno porte (EPP) e microempreendedores individuais (MEI), uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte

e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como as demais classificadas, para o fim de aplicar-se a disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

- 7.23 Nestas condições, as propostas das ME, EPP e MEI que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão considerados empatadas com a primeira colocada.
- 7.24 A ME, EPP e MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.25 Caso a ME, EPP e MEI melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.26 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, EPP e MEI que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.27 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.28 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no RILC do Tecpar e na legislação vigente.
- 7.29 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.30 No caso de impossibilidade da aplicação dos critérios de desempate de forma automática pelo sistema, poderá ser enviado questionamento aos licitantes de forma a verificar o atendimento das condições para o exercício dos direitos de preferência.

DA NEGOCIAÇÃO

- 7.31 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, solicitação de contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.
- 7.32 A negociação será realizada por meio do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

- 7.33 Conforme dispõe o art. 34 da Lei 13.303/2016, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação é de caráter sigiloso e será divulgado conforme previsto no item 2.2, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.
- 7.34 Após o encerramento da etapa de lances e negociações, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou valor negociado, por meio da ferramenta para inserção de anexos disponível no sistema eletrônico, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários para a análise do Tecpar, tais como catálogos, desenhos, laudos, resultados de testes, ensaios, etc, que permitam sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.
- 7.35 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir da solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.36 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de julgamento e aceitação da proposta.

DO DESCRITIVO DA PROPOSTA

- 7.37 A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada preferencialmente por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, e os demais dados abaixo descritos:
- 7.37.1 Descrição clara e detalhada do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação, em conformidade com os anexos deste edital, conforme item 6.4 e subitens, deste edital;
- 7.37.2 O valor global, os preços unitários e totais por item e/ou grupo/lote, cotados em moeda corrente nacional;
- 7.37.3 Banco, agência e número da conta corrente em nome da licitante;
- 7.37.4 O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da sessão pública de abertura das propostas
- 7.38 A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços definida para este processo, que será divulgada após a fase de lances, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) grupo/lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.
- 7.39 Nos preços ofertados deverão estar inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste pregão, incluindo todo o desembolso que o Tecpar vier a ter que despendar por força da presente contratação.

- 7.40 Os preços deverão ser cotados em reais, com até quatro casas decimais após a vírgula, eventualmente podendo ocorrer arredondamento para baixo. Serão desconsiderados os valores depois da quarta casa decimal após a vírgula.
- 7.40 O licitante deverá declarar em sua proposta que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo II desde edital.
- 7.41 Quando a proposta for apresentada pela Matriz, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar na proposta.

DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 7.42 Encerrada a etapa de negociação, segundo o critério de MENOR PREÇO POR GRUPO, o pregoeiro efetuará o julgamento da proposta classificada em primeiro lugar, verificando as condições de participação no certame e de utilização do tratamento favorecido, bem como a adequação ao objeto e à compatibilidade do preço, decidindo sobre aceitação do preço obtido ou promovendo a desclassificação daquelas que não atendam às condições previstas no art. 56 da Lei 13.303/2016 e outros, que, conforme segue:
- 7.42.1 Contenham vícios insanáveis;
- 7.42.2 Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 7.42.3 Apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- 7.42.3.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 7.42.4 Se encontrem acima do orçamento máximo estimado para a contratação;
- 7.42.5 Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido;
- 7.43.6 Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes;
- 7.43.7 Quando solicitado pela própria licitante e com as justificativas apresentadas, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 7.43.8 Quando não responsivo na sessão pública à convocação do pregoeiro para

manifestação em chat ou para envio de anexos, conforme prazo indicado no sistema, que não será inferior a 60 (sessenta) minutos;

- 7.44 Considera-se melhor preço, o que atende o prazo para execução do contrato e o fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, as demais condições do edital e seus anexos, e que, estando dentro do valor estimado, seja a proposta de menor valor.
- 7.45 **Não serão admitidos, em hipótese alguma, valores unitários na proposta ajustada que sejam superiores aos valores registrados para os mesmos itens na plataforma do sistema de compras eletrônicas adotado pelo Tecpar. Caso seja identificada tal inconsistência, a licitante será intimada a adequar sua proposta e deverá, obrigatoriamente, realizar a negociação no item na plataforma, com redução do valor, de modo que este fique igual ou inferior ao constante na proposta ajustada,. Em nenhuma circunstância será permitida negociação com valor superior ao registrado.**
- 7.46 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 7.47 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.48 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- a) Que o custo do licitante ultrapasse o valor da proposta, e
 - b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta
- 7.49 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas ou esclarecimentos complementares, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 7.50 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro retornará à fase de negociação e examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 7.51 O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas e habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata ou no sistema e acessível aos licitantes e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.
- 7.52 Dentro os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que

contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos, laudos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

- 7.53 Para fins de análise da proposta, quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante e/ou da área especializada no objeto.
- 7.54 Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.55 Nos itens não exclusivos para a participação de ME, EPP e MEI, sempre que uma proposta não for aceita, e antes do pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 7.56 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.57 Caso no Termo de Referência não conste a exigência de amostra, mas na análise da aceitabilidade da proposta a área técnica requisitante entenda que seja necessário o envio de amostra para a finalização da sua análise, o pregoeiro concederá prazo de até 10 dias corridos para o envio, podendo, justificadamente e dentro do prazo inicial estipulado, solicitar prorrogação para o envio.
- 7.58 Os resultados das avaliações de amostras serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.59 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega da amostra fora das especificações previstas neste edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.60 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 7.61 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 7.62 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo ser solicitado prorrogação dentro do prazo inicial estipulado, após o qual poderão ser descartados pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 7.63 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições

indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos ou em formato digital, em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

- 7.64 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto na Seção VIII deste edital.
- 7.65 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente deverão ser disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 7.66 O teor e a integridade dos documentos enviados digitalizados e dos natos digitais serão de responsabilidade do licitante, que responderá nos termos da legislação civil, penal e administrativa por eventuais fraudes.
- 7.67 Poderão ser requisitadas, a exclusivo critério do Tecpar, informações complementares ou adicionais a respeito de qualquer item da documentação apresentada, de forma a subsidiar a análise da proposta, sendo informado pelo pregoeiro o prazo máximo para atendimento, que não será inferior a 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser prorrogado por interesse do Tecpar.
- 7.68 O Tecpar poderá exigir, a seu critério, a apresentação da versão impressa que originou o documento digitalizado.
- 7.69 Os originais de documentos digitizados recebidos no Tecpar serão devolvidos a licitante, ou, na impossibilidade de fazê-lo sem ônus para o Tecpar, serão emilizados.

SEÇÃO VIII - DA HABILITAÇÃO

- 8.1 A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro, após o julgamento e aceitação da proposta(s) de preço(s).
- 8.2 O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregá-los no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação, prorrogável por igual período, os quais deverão ser enviados em formato digital, conforme preceitua a legislação vigente, através de ferramenta para inserção de anexos disponível no sistema eletrônico o sistema ou, em caso de indisponibilidade, através de e-mail.
- 8.2.1 **CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR) e os documentos descritos nos subitens 8.2.4, 8.2.5, 8.2.6 e 8.2.7.
- i. Os licitantes que não estiverem com os documentos válidos no SICAF ou CAUFPR, deverão apresentar todos os documentos relacionados a seguir:
- 8.2.2 **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.
- e) Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

8.2.3 HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), demonstrando que a licitante desempenha atividade compatível com o objeto da licitação.
- b) Prova de regularidade com o INSS, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.
- c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Pública do Paraná**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual ou de Certidão de Não Inscrição junto à Fazenda Pública do Estado do Paraná.
- e) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme Lei Federal nº 12.440/2011.

8.2.4 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do último exercício social, já exigível na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, contendo os respectivos termos de abertura e encerramento, devidamente submetidos à autenticação no órgão competente do registro do comércio.
 - I. As empresas que se utilizam do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, deverão comprovar a Escrituração Contábil Digital – ECD por meio de recibo de entrega junto a Receita Federal, igualmente, deverão apresentar o Balanço Patrimonial do último exercício social exigível.

- II. As empresas recém-constituídas, cujo Balanço Patrimonial ainda não seja exigível, deverão apresentar o Balanço de Abertura, contendo carimbo e assinatura do representante legal da empresa e do contador.
 - III. As empresas que estiveram inativas no ano anterior, deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.
- b) A comprovação da boa situação financeira da empresa será constatada, nos termos da Deliberação nº 030/2024-DIREX do Tecpar, mediante a comprovação do licitante possuir Patrimônio Líquido no valor mínimo de 5% (cinco por cento) do valor da proposta, devidamente registrado no Balanço Patrimonial, conforme alínea “a” do subitem 8.2.4, admitida a atualização por índices oficiais (índice divulgado por instituição de renome e publicação perene, como o IBGE, FGV, etc.).
 - c) Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal nº 9.964 de 10/04/2000.

8.2.5 HABILITAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentação de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão da proponente para desempenho de atividade pertinente e compatível com o(s) item/grupo/lote(s) arrematado(s).

8.2.6 DECLARAÇÕES

- a) Apresentar declarações conforme o Anexo V – Declaração de Habilitação e Anexo VIII – Declaração LGPD, devidamente assinadas.

8.2.7 EMPRESAS NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

- a) Apresentar declaração, sob as penas da lei, de que o licitante cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, indicando a receita bruta do último ano-calendário e de que está apto a usufruir dos benefícios previstos nos artigos 42 à 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e suas alterações (Anexo IV do Edital).

- 8.3 De acordo com o art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularidade da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- 8.4 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.
- 8.5 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, sendo facultado à entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 8.6 Na hipótese do item 8.3, as microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 8.7 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
- 8.8 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ na matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (saldo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela matriz, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ de sua filial deverá constar da proposta.
- 8.9 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado habilitado.

SEÇÃO IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1 Após o término do julgamento das propostas e após o término do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro abrirá prazo não inferior a 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar sua intenção de recurso, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 9.2 O licitante recorrente deverá apresentar em momento único as razões do recurso, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data
- 9.3 Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões em até 3 (três) dias úteis, contados a partir do término do prazo do recorrente, exclusivamente pelo sistema.
- 9.4 É assegurado aos licitantes, vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos administrativos e de contrarrazões.
- 9.5 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

- 9.6 As razões e contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme os dispostos nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo pregoeiro.
- 9.7 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

SEÇÃO X – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 10.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como quando exauridos os recursos administrativos, o procedimento licitatório será encaminhado pelo pregoeiro à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 10.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um item/grupo.
- 10.3 A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.
- 10.4 Se o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar, retirar ou aceitar o contrato, ordem de compra ou documento equivalente, estará sujeito às penalidades previstas no edital e no RILC do Tecpar.

SEÇÃO XI – DO CONTRATO

- 11.1 Do objeto licitado será firmado contrato formal (ou documento equivalente) entre o Tecpar e a empresa vencedora.
- 11.2 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
- 11.3 **Para a assinatura ou retirada do contrato, ordem de compra ou documento equivalente, a empresa vencedora deverá estar credenciada no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.**
- 11.4 Antes da assinatura do contrato ou retirada da ordem de compra (ou documento equivalente), a Administração realizará consulta do Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466/2015.
- 11.5 Se a empresa vencedora não apresentar a comprovação descrita no item 11.3 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a ordem de compra ou documento equivalente,

a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei 13.303/2016, no RILC do Tecpar e neste edital, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

- 11.6 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
- 11.7 Prazos e condições:
- 11.7.1 Os contratos celebrados com o Tecpar terão prazo de vigência e prazo de execução.
- 11.7.2. O prazo de execução corresponderá ao prazo que a contratada tem para a realização do objeto contratado, descrito no Termo de Referência.
- 11.7.3. O prazo de vigência corresponderá ao prazo necessário para a emissão da ordem de compra, serviço ou documento equivalente, bem como para a execução, aceitação e a emissão do laudo ou declaração/atesto de recebimento definitivo do objeto contratado.
- 11.7.4. O prazo de vigência do contrato terá início na data da assinatura do contrato.
- 11.7.5 O prazo de entrega, o controle e o recebimento do objeto serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida no Termo de Referência e demais anexos deste edital. O início da contagem do prazo de entrega ocorrerá a partir da assinatura ou formalização do recebimento da ordem de compra ou documento equivalente pela empresa vencedora.
- 11.7.6 Os prazos do contrato/ordem de compra poderão ser prorrogados, observando-se os artigos 172 a 177 do RILC do Tecpar.
- 11.7.7 Não serão aceitos os itens/materiais, objeto deste edital, que se apresentem danificados ou com especificações e descrições diferentes das exigidas no edital e seus anexos.

SEÇÃO XII – DO PAGAMENTO

- 12.1 A nota fiscal obrigatoriamente deverá acompanhar a entrega do objeto da licitação até o local indicado pelo Tecpar.
- 12.2 Na nota fiscal deverá constar o objeto de licitação, do contrato/ordem de compra a que esta se refere, devendo constar somente um contrato/ordem de compra por nota fiscal, sendo indispensável mencionar na mesma:
- a) número da licitação;
 - b) número do lote/item a que se refere;
 - c) dados bancários com número da agência, conta corrente e a contratada titular exclusiva da conta.
- A nota fiscal deverá ser emitida conforme a legislação vigente, com observância principalmente ao preenchimento de seus campos.

- 12.3 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) no prazo constante no Termo de Referência, após a data prevista para a entrega do item, devidamente atestado o recebimento definitivo pela área gestora/requisitante. Ocorrendo atrasos, o prazo será contado a partir da data da efetiva entrega.
- 12.4 **O(s) pagamento(s) à(s) empresa(s) vencedora(s) do certame, de acordo com a Resolução da SEFA nº 827, de 12/08/2021, ficará condicionado à prévia indicação dos dados de conta corrente junto ao Banco do Brasil, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.**
- 12.5 Antes da efetivação do pagamento, deverá ser apresentado o Certificado de Regularidade Fiscal – CRF, emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS ou a contratante deverá realizar consulta ao sistema, para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas no edital.
- 12.6 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Tecpar.
- 12.7 Caso a empresa não seja optante pelo Simples Nacional, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme IN-RFB nº 1.234, de 11/01/2012.
- 12.8 A critério do Tecpar, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.
- 12.9 Nenhum pagamento poderá ser efetuado a contratada, enquanto existirem pendências de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual ou qualquer outra pendência comercial existente com o Tecpar.
- 12.10 O Tecpar pagará à contratada os preços homologados, os quais incluem todos os custos necessários à perfeita execução do contrato, englobando todos os custos e não se limitando, às despesas com fretes, embalagens, carga/descarga, empilhamento, seguros e tributos incidentes sobre os fornecimentos adjudicados.
- 12.11 Fica estabelecido que a contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e o Tecpar não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros. O pagamento da nota fiscal será efetuado através de crédito na conta corrente da contratada indicada na nota fiscal, que deverá ser entregue no Setor Financeiro, para fins de pagamento.
- 12.12 Os bens entregues em quantidade maior terão o seu valor glosado na respectiva nota

fiscal, se for o caso, e a quantidade excedente ficará à disposição do fornecedor.

- 12.13 Os bens entregues em quantidade a menor terão seu valor glosado na respectiva nota fiscal, ficando a quantidade faltante em pendência, a qual deverá ser imediatamente entregue ou até o prazo de entrega previsto, sob pena de caracterização de atraso e inadimplência, que redundará na aplicação na aplicação das sanções cabíveis.
- 12.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Tecpar, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6/100) / 365$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

SEÇÃO XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 13.1 Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o que estabelece o Edital, Termo de Referência e Contrato ou documento equivalente.
- 13.2 Atestar o recebimento provisório e definitivo do objeto licitado.
- 13.3 Promover o pagamento pelo fornecimento/execução do objeto, na dependência da apresentação e aceite da nota fiscal pela área requisitante.
- 13.4 Reter o pagamento caso verifique que o objeto não está de acordo com a especificação técnica descrita no Termo de Referência.
- 13.5 Notificar a contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, e/ou demais irregularidades constatadas no fornecimento do objeto, previstos no Edital, Contrato ou documento equivalente e/ou nos materiais fornecidos, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para a correção do que for notificado.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.6 A contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção,

verificação e controle a serem adotados pela contratante.

- 13.7 A existência e a atuação do gestor e da fiscalização da contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto contratado e das suas consequências e implicações, próximas ou remotas.
- 13.8 A responsabilidade pelo cumprimento dos prazos estabelecidos para o fornecimento/execução será da contratada, não podendo a rejeição do produto ser alegado como motivo justo para o não atendimento ao prazo de entrega.
- 13.9 A aceitação dos materiais não isenta a contratada da garantia do produto. A contratada deverá oferecer garantia dos materiais orçados, de acordo com as especificações do Tecpar. Na falta desta, deverá apresentar garantia de 12 (doze) meses a contar da efetiva data da entrega. Dentro do período de garantia, o fornecedor deverá substituir e/ou reparar os materiais com defeito de fabricação, assumindo todos os custos decorrentes da substituição e/ou recuperação.
- 13.10 A contratada deverá apresentar para aprovação do Tecpar, quando solicitado, os catálogos, desenhos, diagramas, nomes dos fabricantes e fornecedores, resultados de testes, ensaios, amostras e demais dados informativos sobre os bens de modo que permita sua perfeita identificação quanto à qualidade e procedência.
- 13.11 Todo o qualquer ônus referente a direito de propriedade industrial, marcas e patentes, segredos comerciais e outros direitos de terceiros, bem como a responsabilidade por violação dos mesmos, suas consequências e efeitos jurídicos serão de responsabilidade da contratada, que deverá responder pelos mesmos e arcar com os custos de defesa do Tecpar, em juízo ou fora dele, contra reclamações relacionadas com o assunto.
- 13.12 A contratada assumirá integral responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos pessoais ou materiais causados ao Tecpar, ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e/ou prepostos, na execução do objeto da presente licitação.
- 13.13 A contratada poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de acordo com os parágrafos 1º e 2º do artigo 81 da Lei 13.303/2016 e com os parágrafos 1º e 2º do art. 178 do RILC do Tecpar.
- 13.14 A contratada fica obrigada a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação junto ao GMS – Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná.
- 13.15 A contratada autoriza o Tecpar, a seu critério e através da área requisitante, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases do objeto licitado.
- 13.16 A contratada autoriza o Tecpar, preventivamente e quando couber, a promover a retenção dos créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato/ordem de compra, quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento relativo ao não pagamento ou a discussões administrativas ou judiciais relativas a encargos

trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do contrato.

- 13.17 Atender a todos os termos da Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709 de 14/08/2018, e suas atualizações, o Código de Conduta e Integridade do Tecpar e a Lei nº 12.846/2013 de 1º/08/2013 – Lei Anticorrupção.

SEÇÃO XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1 A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:
- a) advertência;
 - b) multa moratória;
 - c) multa compensatória;
 - d) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tecpar, por até 2 (dois) anos.
- 14.2 As sanções constantes no item 14.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.
- 14.3 As condutas que podem levar a aplicação de penalidades encontram-se descritas no RILC e na Lei 13.303/2016.
- 14.4 São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:
- a) Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada de documento equivalente;
 - b) Apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pelo Tecpar;
 - c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o Tecpar em virtude de atos ilícitos praticados;
 - d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - e) Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
 - f) Incorrer em inexecução contratual;
 - g) Ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - h) Ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - i) Ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - j) Ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - k) Ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - l) Ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
 - m) Ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
 - n) Ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos;

- o) Ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização;
 - p) Ter sofrido condenação definitiva por prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - q) Ter deixado de proceder ao pagamento de salários, vale-transporte e de auxílio-alimentação dos empregados na data fixada;
 - r) Ter deixado de cumprir com as obrigações relativas e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas;
 - s) Deixar de manter o nível de qualidade exigido pelo Tecpar na execução do contrato, bem como deixar de evitar a sua degeneração quando for o caso.
- i. Estendem-se os efeitos das sanções também aos profissionais que tenham praticado quaisquer dos atos acima indicados.

DA SANÇÃO DE ADVERTÊNCIA

14.5 A aplicação da sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao Tecpar, independentemente de tratar-se de empresa ou pessoa cadastrada, ou não.

- a) A reincidência da sanção de advertência, ensejará a aplicação de penalidade de suspensão.

DA SANÇÃO DE MULTA

14.6 A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- a) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- b) Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis pelo mesmo período, a pedido justificado da licitante, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- c) Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar documento equivalente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a licitação em questão;
- d) No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento) sobre a parcela não executada;
- e) No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato;
- f) Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela entregue em atraso.

14.7 A multa da alínea “f” incidirá: 02% (dois por cento) no décimo dia que exceder o prazo de entrega e 0,02% (dois décimos por cento) por dia a partir do décimo dia, sobre a parcela em atraso, até o limite máximo de 10% (dez por cento) do total da parcela em atraso, considerando os valores unitários ofertados na licitação.

14.8 O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Tecpar. Por até 02 (dois) anos, nos termos do RILC.

- 14.9 Antes da aplicação de qualquer das multas acima relacionadas a área gestora do contrato notificará formalmente a Contratada, garantindo o contraditório e ampla defesa, concedendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar sua defesa. Havendo concordância quanto aos fatos e a incidência de multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação.
- 14.10 No caso de aplicação de sanção de multa, conforme decisão em primeira instância administrativa, o valor relativo a penalidade a ser aplicada será considerada parte controversa para efeito de liquidação do valor devido ao contratado, sendo retido enquanto não for concluído o processo administrativo para aplicação da sanção.
- 14.11 Da decisão final cabe recurso à autoridade competente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, conforme art. 234 do RILC.
- 14.12 No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida junto à Tesouraria do Tecpar, em até 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação da decisão final.
- 14.13 Caso não haja recolhimento da multa no prazo estipulado, a contratante descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada.

DA SANÇÃO DE SUSPENSÃO

- 14.14 Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos ao Tecpar, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, nos termos dos artigos 230 e 231 do RILC.
- 14.15 O contrato poderá ser rescindido sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas, sempre que ocorrer qualquer um dos motivos enumerados no RILC.
- 14.16 O procedimento para aplicação de sanções seguirá os artigos 232 ao 235, do RILC do Tecpar.

SEÇÃO XV – REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

- 15.1 Nos termos da Lei nº 10.192/2001 e do Capítulo 6.7 do RILC, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 1 (um) ano, periodicidade esta que é contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.
- 15.2 No caso da presente licitação, a aplicação do reajuste far-se-á a partir da data da apresentação da proposta.
- 15.3 Para a obtenção dos índices de reajuste será utilizado como termo inicial a data da apresentação da proposta, e como termo final o mesmo mês do ano subsequente, mantendo-se fixo por 12 (doze) meses, e assim sucessivamente a cada 12 (doze) meses.
- 15.4 Será adotado como limite máximo do percentual de reajuste a ser concedido, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, acumulado no período, podendo ser adotado, no caso de extinção, outro índice que venha a substituí-lo.

- 15.5 A concessão de Reajuste de Preços será realizada por apostilamento e se dará quando:
- a) A Contratada cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nas Ordens de Compra.
 - b) O atraso no cumprimento de prazos não for de responsabilidade da Contratada.

SEÇÃO XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário;
- 16.1.1 Os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a sessão observarão o horário de Brasília, Distrito Federal.
- 16.1.2 Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no Tecpar.
- a) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.
- 16.2 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse do Tecpar, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 16.4 É facultado ao pregoeiro ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da sessão pública.
- 16.4.1 O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.
- 16.5 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão, sendo ainda, responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 16.6 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará na desclassificação ou inabilitação do licitante.

- 16.7 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.
- 16.8 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de compras eletrônicos de que trata a Seção V, ou, caso haja indisponibilidade de sistema, por correio eletrônico. O pregoeiro, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 16.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tecpar.
- 16.10 A autoridade competente poderá revogar a licitação em decorrência do previsto no § 3º, do art. 57 e inciso II, do § 2º do art. 75, todos da lei nº 13.303/16, ou por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado que constitua óbice manifesto e incontornável, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, conforme previsto no art. 62, da citada Lei.
- 16.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes do Regulamento Interno de Licitações e Contratos do Tecpar, das Leis nº 13.303/2016 e nº 14.133/2021, todos com suas posteriores alterações.
- 16.12 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Tecpar não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.13 Os Anexos deste Edital integram o rol das obrigações decorrentes da presente licitação, dele fazendo parte, obrigando as partes ao inteiro teor de suas disposições.
- 16.14 Os dados pessoais, sensíveis ou não, obtidos em razão dos procedimentos da licitação serão tratados à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- 16.15 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- a) Anexo A - Termo de Referência;
 - b) Anexo I - Modelo de declaração de ciência e comprometimento Técnico
 - c) Anexo II - Modelo de Atestado de capacidade Técnica Profissional;
 - d) Anexo III - Declaração Equipamento Instalado e Qualificado;
 - e) Anexo IV - Declaração de Dispensa de Visita Técnica;
 - f) Anexo V - Modelo de Proposta de Preços;
 - g) Anexo VI - Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
 - h) Anexo VII - Declaração de Habilitação
 - i) ANEXO VIII - Declaração LGPD
 - j) ANEXO IX – Minuta de Contrato

k) ANEXO X – Matriz de Risco

- 16.16 Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, capital do Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, como o competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

Curitiba, 24 de junho de 2026.

(assinado eletronicamente)

Romilda Farias Oliveira
Pregoeiro

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO I**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMETIMENTO TÉCNICO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede

no endereço _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, apresentar a presente

DECLARAÇÃO

em relação à [NOME/OBJETO DA LICITAÇÃO], nos seguintes termos:

1. A empresa declara que tomou pleno conhecimento de todas as exigências, especificações e requisitos técnicos estabelecidos no Edital e seus anexos para o fornecimento do objeto licitado.

2. Compromete-se a atender integralmente a todas as condições e exigências técnicas estabelecidas, garantindo a conformidade dos produtos/serviços ofertados com os parâmetros exigidos pela Administração.

3. Declara estar ciente das obrigações legais decorrentes da participação no certame licitatório e do eventual cumprimento do contrato, comprometendo-se a observar rigorosamente todas as normas aplicáveis.

Nestes termos, firma a presente declaração para os devidos fins.

Dados do Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Cargo Ocupado na Empresa: _____

_____, _____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa proponente)

233

37

Assinatura Qualificada realizada por: Giselle Almeida Nocera Espirito Santo em 01/06/2026 09:06. Inserido ao protocolo 25.687.398-2 por: Romilda Farias de Oliveira em: 29/05/2026 14:08. Demais assinaturas na folha 236a. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:

863ffe076cfa04262c7482ac28a559b7

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO II**

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que o profissional abaixo identificado, empregado/representante da empresa _____, de razão social _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com inscrição estadual nº _____ estabelecida no endereço _____, nº _____, Bairro _____, Município _____ de _____, Estado _____, prestou os seguintes serviços:
Descrição dos serviços prestados (especificar escopo e prazo de execução):

Dados do equipamento: _____

Modelo do software: _____

Data da execução: _____

Dados do profissional responsável pela execução:

Nome: _____

CPF: _____

Cargo: _____

Informamos ainda que os serviços foram executados de forma satisfatória, com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido integralmente com suas obrigações contratuais, não havendo, até a presente data, qualquer registro que desabone sua conduta técnica ou comercial.

Dados da empresa emitente:

Razão social: _____

CNPJ: _____

_____, ____ de ____ de ____.

Nome do responsável da empresa emitente, assinatura e carimbo

_____, ____ de ____ de ____.

Assinatura do representante legal da empresa proponente

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO III**

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIPAMENTO INSTALADO E QUALIFICADO

(Em papel timbrado da empresa emitente)

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa

_____, estabelecida na cidade de _____,
_____, Estado do _____, localizado à _____
_____, nº _____, Bairro _____, inscrita no
CNPJ sob nº _____, prestou serviços de Qualificação de
instalação (QI) e Qualificação de Operação (QO) em sala limpa referentes ao objeto
requerido neste edital, em conformidade com normas regulatórias aplicáveis, e
compatíveis com as exigências do Pregão Eletrônico Nº _____ 2026.

Descrição dos serviços prestados:

(especificar detalhadamente o escopo e o prazo de execução).

Declaramos, ainda, que os serviços prestados demonstraram bom desempenho técnico-operacional, tendo sido executados conforme o contratado, sem registros que desabonem a empresa técnica ou comercialmente até a presente data.

Nome completo do responsável pela empresa emitente: _____

Cargo: _____

CPF nº: _____

_____ Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo (se aplicável)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO IV**

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Objeto: _____

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____,
na condição de representante legal devidamente constituído da empresa
_____, inscrita no CNPJ sob
nº _____, para fins de participação no presente certame licitatório,
DECLARO, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que
possuímos pleno conhecimento de todas as condições relacionadas ao local de
instalação e execução do objeto, mesmo sem a realização da visita técnica prevista neste
Termo de Referência.

Declaro, ainda, que a empresa assume integral responsabilidade pelas condições de
acesso, instalação, logística, adequação do equipamento ofertado e demais obrigações
decorrentes da execução contratual, não podendo alegar, posteriormente,
desconhecimento das condições existentes como justificativa para o não cumprimento
das obrigações assumidas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo (se aplicável)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Empresa _____, localizada na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, no Estado _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, apresenta a sua **Proposta de Preços** relativa a licitação – modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/_____(número/ano), para fornecimento dos bens conforme Edital de Licitação e seus anexos nas seguintes condições:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DETALHADA	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

A presente Proposta tem o **prazo de validade de 90 (noventa) dias**, contados a partir da data de abertura da licitação.

O arrematante é responsável pela qualidade e integridade do item cotado, e declara que em sua proposta estão inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários para o fornecimento, bem como todos os tributos, fretes, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais ou quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

O arrematante atesta o atendimento das especificações, condições e prazos descritos no Anexo I – Termo de Referência, do edital.

O arrematante declara que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega desta proposta.

Dados Bancários da Empresa:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Dados do Representante Legal que assinará o Contrato

Nome:

CPF:

RG:

Cargo Ocupado na Empresa:

_____, _____ de _____ de 2026.
(assinatura do representante legal da empresa arrematante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO VI

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A (nome da empresa), com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em __/__/__, NIRE (nº), CNPJ (nº), estabelecida na (Rua, nº, bairro, Cidade, Estado, CEP), declara, sob as penas da Lei, que:

1. Se enquadra na condição de (Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), nos termos da Lei Complementar 123, de 14/12/2006.
2. A receita bruta, nos termos da Lei Complementar 123/2006, auferida no último ano-calendário foi de R\$ _____ (dispensada de declarar se a empresa encontra-se no ano-calendário de início de atividade).
3. A pessoa jurídica não se enquadra em nenhuma das hipóteses abaixo, nos termos da Lei Complementar 123/2016:
 - I - de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - II - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - III - de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;
 - IV - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;
 - V - cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício;
 - VI - constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - VII - que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - IX - resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - X - constituída sob a forma de sociedade por ações;
 - XI - cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do produto, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

(Município), ____ de _____ de 2026.

Nome e CPF

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

Empresa _____, localizada na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, no Estado _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, para fins de processo licitatório, representado pelo Sr(a) _____ responsável pela licitante.

DECLARA sob as penas da lei que:

1. Cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, ou seja, não tem em seus quadros menores de 18 (dezoito) anos executando trabalho noturno, insalubre ou perigoso ou menores de 16 (dezesesseis) anos, executando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
2. Que não pratica ou aceita a utilização mão de obra análoga à de escravo ou em condições de trabalho degradante, em especial no contido no artigo 149 do Código Penal;
3. De que não há nenhum fato impeditivo da participação desta empresa nesta licitação ou para contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
4. Que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção ao meio ambiente, conforme o Decreto Estadual nº 6.252/2006.
5. Que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos órgãos e entidades estaduais nas contratações e convênios ou instrumentos equivalentes, celebrados pela Administração Pública do Estado do Paraná.

Declara, ainda, que nenhum funcionário da empresa possui qualquer tipo de impedimento em relação ao descrito no art. 7º do referido Decreto.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal da empresa arrematante)
(nome completo, número do RG, cargo)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO LGPD

Empresa _____, localizada na Rua _____, nº _____, na cidade de _____, no Estado _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, para fins de processo licitatório, representado pelo Sr(a) _____ responsável pela licitante, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - a) Aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - b) Referentes a participações societárias;
 - c) Informações inseridas em contratos sociais;
 - d) Endereços físicos e eletrônicos;
 - e) Estado civil;
 - f) Eventuais informações sobre cônjuges;
 - g) Relações de parentescos;
 - h) Número de telefone;
 - i) Sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - j) Informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa, dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

_____, _____ de _____ de 2026.
(dados e assinatura do representante legal da empresa arrematante)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº ***/202* de fornecimento de bens que entre si celebram o **INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR** e a empresa *****.

CONTRATANTE:

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR, com sede na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, nº 3.775, Bairro Cidade Industrial, na Cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, CEP 81.350-010, inscrito no CNPJ/MF nº 77.964.393/0001-88, a seguir denominado simplesmente **TECPAR**, neste ato representado por seu Diretor-Presidente, *****, inscrito no CPF/MF nº ***.***.***-** e por seu Diretor *****, inscrito no CPF/MF nº ***.***.***-**.

CONTRATADA:

*****, com sede na *****, nº. *****, no bairro *****, na cidade de *****, no estado de *****, inscrito no CNPJ nº. *****, a seguir denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, assinado abaixo.

As partes acima identificadas firmam o presente Contrato, conforme processo homologado em ** de ***** de 20** que será regido pelo RILC e pelas cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

Fazem parte integrante do presente Contrato: o processo de Pregão Eletrônico nº *****/20**, cuja abertura ocorreu em ** de ***** de 20**, a proposta comercial da Contratada datada de **/*****/20**, com força de cláusula contratual, gerando direitos e obrigações, documentos estes que ficam doravante anexados ao presente Contrato, cujo inteiro teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

Parágrafo único - Os documentos referidos na presente cláusula são considerados suficientes e tornam-se parte integrante e inseparável em complemento a este Contrato para definir a sua extensão e intenção, e desta forma reger a execução adequada do objeto contratual, dentro dos mais altos padrões da técnica atual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Pelo presente instrumento a CONTRATADA obriga-se, nos termos dos documentos relacionados na cláusula primeira, a **fornecer** *****, conforme condições estabelecidas no edital e seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME DE FORNECIMENTO

A contratação do objeto deste Contrato será realizada pelo regime de fornecimento integral.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS

As despesas para a execução do objeto deste Contrato correrão à conta da Unidade Orçamentária: ****, Iniciativa: ****, Classificação da despesa (nível elemento): *****, Fonte: ***.

CLÁUSULA QUINTA - DA LEGISLAÇÃO

A legislação que regula a presente contratação é constituída por: **Lei Federal nº 13.303 de 30/06/2016**, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias; **Regulamento Interno de Licitações e Contratos do TECPAR – RILC**, aprovado pelo Conselho de Administração do TECPAR em 29/05/2018 e publicado em 27/06/2018, disponível no endereço eletrônico <https://www.tecpar.br/Pagina/Licitacoes>, com vigência a partir de 01/07/2018; e, subsidiariamente às normas **da Lei nº 14.133/2021**, bem como, outras leis e normas aplicáveis ao certame Código de Conduta e Integridade do TECPAR; **Lei Federal nº 8.078 de 11/09/1990**, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor; **Lei nº 8.137 de 27/12/1990**, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; **Lei Federal 8.429 de 02/06/1992**, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, **Lei complementar 123 de 14/12/2006**, que Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; a **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais nº 13.709/2018**; outras legislações quando couber.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

O TECPAR pagará à CONTRATADA pelo objeto regime de fornecimento integral o total de **R\$***** (*****)**, sendo que nele estão inclusos os materiais devidamente embalados, segundo suas espécies, tributos, e colocados no local indicado pelo TECPAR, descarregados, empilhados, por conta e risco da Contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PREVISÃO DE ENTREGA DO PRODUTO

A previsão de entrega do(s) produto(s) objeto deste contrato terá(ão) seu(s) prazo(s) e quantitativo(s) estipulados no Anexo A – Termo de Referência, conforme o cronograma de entrega abaixo:

Parágrafo primeiro – O prazo(s) máximo de entrega(s) programada(s) do(s) produto(s) é de ** (***) ***** corridos, após o recebimento pelo CONTRATADO da Ordem de Compra emitida pelo TECPAR.

CLÁUSULA OITAVA – DO FATURAMENTO E PAGAMENTO

As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome do Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR e apresentada sem emendas, rasuras ou ressalvas, contendo o objeto e número do processo de contratação, o número do Contrato e os dados bancários com número da agência, conta corrente da Contratada titular exclusiva da conta, em conformidade com o parágrafo segundo item I desta Cláusula. A indicação dos dados bancários será considerada pelo Tecpar como autorização prévia para créditos apenas na conta corrente indicada. A Nota Fiscal deverá ser emitida conforme a legislação fiscal vigente, com observância, principalmente ao preenchimento de seus campos.

Parágrafo primeiro - O faturamento do(s) produto(s) poderá ser feito parcelado, conforme as datas previstas ou programadas, sempre que assim permitam as condições constantes no Anexo A – Termo de Referência, no Edital de Licitação.

Parágrafo segundo - O pagamento de cada entrega do produto, objeto deste termo de contrato, **será efetuado pelo Tecpar, conforme etapas previstas no Termo de Referência - Anexo A.**

I - Os pagamentos às empresas vencedoras do certame, de acordo com a Resolução da SEFA nº 827, de 12/08/2021, ficarão condicionados à prévia indicação dos dados de conta corrente junto ao Banco do Brasil, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

Parágrafo terceiro - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TECPAR.

Parágrafo quarto - Deverá ser apresentado para a efetivação do(s) pagamento(s) o Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo GMS, que comprovará que a Contratada mantém atualizados os documentos de habilitação fiscal e trabalhista, solicitados quando da abertura da licitação:

I - Caso a empresa não seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, o valor dos tributos federais será descontado na fonte, conforme Instrução Normativa n.º 1.234 - RFB, de 11 de janeiro de 2012.

II - A critério do Tecpar, poderão ser utilizados os pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.

III - Nenhum pagamento poderá ser efetuado à CONTRATADA, enquanto existirem pendências de liquidação, qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual ou qualquer outra pendência comercial existente com o Tecpar.

IV – Sem prejuízo da entrega do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais Serviços (GMS), o Tecpar, a qualquer momento, poderá auditar ou mandar auditar junto à CONTRATADA, a regularidade dos mencionados recolhimentos e pagamentos, bem como promover diligências e solicitar a apresentação de quaisquer documentos que se façam

necessários para a apuração da continuidade da existência dos requisitos de habilitação.

Parágrafo quinto - O Tecpar pagará à Contratada o preço homologado, o qual inclui todos os custos necessários à perfeita execução do Contrato.

Parágrafo sexto - Fica estabelecido que a Contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e o Tecpar não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros. O pagamento da Nota Fiscal será efetuado através de crédito na conta corrente da Contratada indicada na Nota Fiscal, que deverá ser entregue no Setor Financeiro, para fins de pagamento:

Parágrafo sétimo - Os bens entregues em quantidade a maior terão o seu valor glosado na respectiva Nota Fiscal, se for o caso, e a quantidade excedente ficará à disposição do fornecedor.

Parágrafo oitavo - Os bens entregues em quantidade a menor terão seu valor glosado na respectiva Nota Fiscal, ficando a quantidade faltante em pendência, a qual deverá ser imediatamente entregue ou até o prazo de entrega previsto sob pena de caracterização de atraso e inadimplência, que redundará na aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo nono - Os bens entregues irregulares ficarão à disposição do fornecedor nos termos previstos no Termo de Referência.

Parágrafo décimo - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Tecpar, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP,$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438,

Assim apurado:

$$I = (TX) / 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

Nos termos da Lei nº 10.192/2001 e da seção 6.7 do RILC, é nula de pleno direito qualquer estipulação de reajuste ou correção monetária de periodicidade inferior a 01 (um) ano, periodicidade esta que é contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir.

Parágrafo primeiro - No caso da presente licitação, a aplicação do reajuste far-se-á a partir da data da apresentação da proposta comercial.

Parágrafo segundo - Para a obtenção dos índices de reajuste será utilizado, como termo inicial, a data da apresentação da proposta, e como termo final, o mesmo mês do ano subsequente, mantendo-se fixo por 12 (doze) meses, e assim sucessivamente a cada 12 (doze) meses.

Parágrafo terceiro - Será adotado como limite máximo do percentual de reajuste, a ser concedido, a variação do IPCA - IBGE (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado no período.

Parágrafo quarto - A concessão de Reajuste de Preços será realizada por apostilamento e se dará quando:

- a) A Contratada cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos nos cronogramas para fornecimento.
- b) O atraso no cumprimento do cronograma não for de responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO DE FORNECIMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de **fornecimento** do objeto deste termo é de **** (****) *******, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra pela Contratada.

Parágrafo primeiro - O prazo de **vigência** do objeto deste termo é de **** (****) *******, corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

Parágrafo segundo - O prazo de vigência corresponderá ao prazo necessário para a emissão da Ordem de Compra, bem como para o fornecimento, aceitação, emissão do laudo ou declaração de recebimento físico/fiscal definitivo e garantia do objeto contratado.

Parágrafo terceiro - Admite-se a prorrogação quando configurar quaisquer das hipóteses previstas nos artigos 172 a 177 do RILC.

Parágrafo quarto - A prorrogação de prazo com as devidas justificativas deverá ser solicitada 60 dias antes do vencimento do prazo de fornecimento, quando possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DO PRODUTO

O(s) produto(s) descrito(s) constante(s) do Anexo A – Termo de Referência do Edital de Licitação estarão sujeitos a inspeção no ato de seu recebimento, nos aspectos quantitativo e qualitativo.

Parágrafo primeiro – Será(ão) recusado(s) o(s) produto(s) cujo exame comprovar que:

- a) Não foram observadas as condições de fornecimento e especificações indicadas no Anexo A –

Termo de Referência do Edital de Licitação;

b) Apresentem defeitos físicos ou de fabricação;

c) Apresentarem avarias que possam ser atribuídas à embalagem e/ou acondicionados durante o transporte até o TECPAR;

d) Não correspondam às amostras fornecidas;

e) Não atendam aos requisitos exigidos em critérios e/ou Normas adotadas pela TECPAR;

Parágrafo segundo – Obriga-se a Contratada a providenciar, por sua conta e risco, a substituição dos produtos recusados.

Parágrafo terceiro – A aceitação dos produtos pelo TECPAR não exime a CONTRATADA das responsabilidades por ela garantidas, conforme item 22.2 do Edital.

Parágrafo quarto – O produto fornecido deverá corresponder às Especificações Técnicas estabelecidas no Anexo A do Edital de Licitação.

Parágrafo quinto – Os produtos, a juízo e critério do TECPAR, serão submetidos a teste de qualidade na fabricação, efetuados pelo próprio TECPAR ou órgão por ela designados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São consideradas obrigações da CONTRATADA, as Especificações Técnicas constante do Anexo A do Edital de Licitação e neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DO PRODUTO

Em conformidade com o item ** do Termo de Referência, Anexo A do Edital de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações estabelecidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na lei 13.303/2016, art. 83, no RILC e na forma prevista no subitem 19.6 do Edital de Licitação, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Parágrafo primeiro - A penalidade de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) no caso de **inexecução parcial do contrato**, incidirá multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor da parcela não executada;

b) no caso de **inexecução total do contrato**, incidirá multa na razão de 30% (trinta por cento), sobre o valor da parcela não executada;

c) nos **demaís casos de atraso**, incidirá multa na razão de 10% (dez por cento), sobre o valor da parcela não executada.

d) O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis e na aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o TECPAR, por até 02 (dois) anos.

Parágrafo segundo – Antes da aplicação de qualquer das multas acima relacionadas a área gestora do contrato notificará formalmente a Contratada garantindo o contraditório e ampla defesa, concedendo o prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentar sua manifestação. Da decisão final cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contado da intimação do ato. No caso de indeferimento da defesa apresentada, e uma vez concluído o processo administrativo, a importância devida correspondente à aplicação da multa deverá ser recolhida perante o Setor Financeiro do TECPAR, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da sua notificação da decisão final. Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, o TECPAR descontará a referida importância, de eventuais créditos a vencer da empresa Contratada. Na ausência de créditos disponíveis para a quitação da importância da multa, a Contratante executará, caso haja, a Garantia do Contrato, e quando for o caso, será cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

Poderá ocorrer rescisão do presente Contrato nas formas previstas no edital, no RILC e na Lei 13.303/2016, com as consequências neles previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

Em Conformidade com o que determina o item ** do ***** anexo A do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

O objeto da presente licitação poderá ser alterado qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente nos termos da seção 6.6 do RILC, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO CRITÉRIO DA SUSTENTABILIDADE

A aquisição descrita no Termo de Referência deverá, nos termos do art. 37, § 2º do RILC e da legislação em vigor, adotar práticas de equilíbrio econômico, proteção ambiental e desenvolvimento social.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos deste contrato reger-se-ão pela Lei 13.303/2016 e pelo RILC, como também pelos documentos integrantes do presente ajuste.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO

A matriz de risco relativa à presente contratação encontra-se estabelecida no Termo de Referência Anexo A do Edital.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A gestão e fiscalização do contrato ficarão a cargo da Divisão/Setor ***** sob a responsabilidade de ***** – Gestor e ***** – Fiscal, conforme seção 6.11 do RILC.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA OBSERVÂNCIA DA LEI ANTICORRUPÇÃO

O TECPAR e a CONTRATADA e/ou a empregados seus, e/ou a preposto seu, e ou a gestor devem observar na execução do presente contrato que é vedado fraudar, assim como realizar quaisquer ações ou omissão que constituam práticas ilegais ou de corrupção, nos termos da **Lei nº 8.137 de 27/12/1990**, que define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo; **Lei Federal 8.429 de 02/06/1992**, que dispõe sobre sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná, para dirimir eventuais dúvidas oriundas da interpretação deste Contrato ou Anexos, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual nº ***/20**, que será assinado digitalmente, via Sistema Eletrônico.

Curitiba, datado e assinado eletronicamente.

Assinado Eletronicamente

Diretor-Presidente

Instituto de Tecnologia do Paraná

Assinado Eletronicamente

Diretor de ***

Instituto de Tecnologia do Paraná

Nome da empresa

Representante legal da contratada

Assinado Eletronicamente

Gestor do Contrato

Instituto de Tecnologia do Paraná

Assinado Eletronicamente

Fiscal do Contrato

Instituto de Tecnologia do Paraná

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ – TECPAR

PREGÃO ELETRÔNICO N° 043/2026

ANEXO A

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO (RILC Art. 22 “a”)

Visa o presente Termo de Referência detalhar os elementos necessários ao processo de **Aquisição de Cabine de Segurança Biológica Classe II A2 e Unidade modular de fluxo unidirecional para o Centro de Insumos para Diagnóstico Veterinário.**

Lote	Descrição do objeto	Quantidade	Unidade	Código ERP
1	Cabine de segurança biológica classe II A2	5	un	
2	Unidade Modular de fluxo unidirecional	10	un	

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

Por meio deste termo, o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) realiza a aquisição de equipamentos essenciais para a implantação do Centro de Insumos para Diagnóstico Veterinário (CIV). O CIV terá como finalidade a produção de insumos e kits diagnósticos destinados à identificação de Brucelose, Tuberculose bovina e Leucose, zoonoses endêmicas que acometem animais de produção, como bovinos, suínos e ovinos, além da fabricação de kits para diagnóstico de Leishmaniose, enfermidade que também afeta seres humanos.

Para a concretização desses objetivos, torna-se indispensável a aquisição de equipamentos adequados à produção dos insumos diagnósticos. Esses insumos são obtidos a partir do cultivo e manipulação de agentes biológicos de diferentes naturezas, incluindo patógenos classificados como risco biológico nível 3 (NB-3). Após o cultivo, os agentes passam por processos de inativação, formulação, padronização e testes de eficácia, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos produtos antes de sua comercialização.

Nesse contexto, a cabine de segurança biológica (CSB) é fundamental para as etapas de manipulação de patógenos, pois assegura simultaneamente a proteção do operador, do produto e do ambiente contra possíveis contaminações. Para atender às exigências de biossegurança e qualidade, a CSB deve possuir construção em aço inoxidável, bandejas internas, janela frontal basculante em vidro temperado, filtros HEPA com eficiência mínima de 99,995%, sistema de travamento da janela, manômetro de coluna inclinada, alarmes sonoros e visuais, além de níveis de ruído compatíveis com a NR 15. O equipamento deve ainda contar com base com rodízios giratórios com freio e atender integralmente às normas brasileiras de segurança.

Complementarmente, para as etapas subsequentes de manipulação, formulação, envase e acondicionamento dos produtos biológicos veterinários e humanos, é necessária a utilização de Unidade Modular de Fluxo Unidirecional (UMFU). Esses equipamentos são essenciais para garantir o atendimento às boas práticas de fabricação, assegurando a qualidade e a integridade dos produtos. As UMFUs devem ser dotados de sistemas de insuflamento e exaustão de ar, filtros

HEPA, painel eletrônico de controle, iluminação interna, horímetros e acessórios específicos para cada componente, além de serem dimensionados conforme as salas de instalação e projetados para permitir fácil e eficaz sanitização.

Por fim, como fator condicionante para a aquisição dos equipamentos, é imprescindível a comprovação de que o fornecimento, a instalação e a qualificação da cabine de segurança biológica e dos módulos de fluxo unidirecional sejam realizadas por profissionais devidamente capacitados e com experiência comprovada. Essa exigência garante que os equipamentos atendam plenamente às suas finalidades desde o início de sua operação, assegurando desempenho adequado, conformidade regulatória e segurança operacional ao CIV.

3. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. ESPECIFICAÇÕES GERAIS

3.1.1. O ambiente de instalação do sistema de CSB e UMFU tem padrão de construção farmacêutico de sala limpa com ar classificado como Grau B e C de limpeza (IN nº35/2019 da ANVISA ou GUIDE TO GOOD MANUFACTURING PRACTICE FOR MEDICINAL PRODUCTS do PHARMACEUTICAL INSPECTION CO-OPERATION SCHEME (PIC/s) – Anexo 1);

3.1.2. O equipamento deve possuir registro válido perante a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

3.1.3. Todo o sistema deve atender às Normas Regulamentadora (NR) de segurança brasileiras NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos), NR 15 (Atividades e operações insalubres - Níveis de ruído contínuo ou intermitente) ou normas equivalentes internacionais. Outras normas técnicas nacionais podem ser aplicáveis, sob responsabilidade do fabricante.

3.1.4. A aquisição do equipamento será realizada por licitação na modalidade de pregão eletrônico do tipo menor preço, sendo que qualquer empresa poderá participar, desde que comprove os requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

3.1.5. O presente termo de referência estabelece que a entrega do equipamento, devidamente instalado e qualificado para uso, ocorrerá no Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, localizado na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775 - CIC, em Curitiba - PR, no Centro de Insumos para Diagnóstico Veterinário. Os licitantes deverão assegurar o transporte do equipamento até o local de instalação designado pelo TECPAR, arcando com todas as despesas diretas e indiretas necessárias para tal, incluindo as formalidades legais e procedimentos pertinentes.

3.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA CSB CLASSE II A2

3.2.1 O Sistema das CSBs consiste no conjunto: (i) Filtros HEPA, classe H14, eficiência 99,995%; (ii) Alarmes sonoros e avisos de segurança; (iii) Janela frontal basculante ou deslizante de vidro

temperado com travas; (iv) equipamento interno com tratamento anticorrosivo; (v) Manômetro analógico na parte interna.

3.2.2 A cabine a ser adquirida deverá ser do tipo Cabine de Segurança Biológica (CSB) Classe II, Tipo A2, projetada e comprovadamente adequada para a manipulação de agentes biológicos classificados no Risco Biológico Nível 3 (NB-3), assegurando a proteção simultânea do operador, do produto e do ambiente. O equipamento deverá atender integralmente às normas vigentes, sendo obrigatória a apresentação da Certificação de Design e da Requalificação em Campo, conforme a ABNT NBR 17095:2023, ou versão mais atualizada. Esta norma estabelece que a cabine seja submetida à requalificação em campo, no mínimo, a cada seis meses, bem como sempre que for instalada, movimentada ou submetida a manutenção, garantindo a manutenção contínua de seu desempenho e segurança.

3.2.3 No que se refere ao desempenho e à contenção biológica, a cabine deverá operar com 70% de recirculação interna do ar e 30% de exaustão para o ambiente da sala, ou seja, sem exaustão externa, sendo ambos os fluxos devidamente filtrados por filtros HEPA ou ULPA. A velocidade média mínima do ar na abertura frontal (velocidade de face ou inflow) deverá ser de, no mínimo, 0,51 m/s (100 ft/min), conforme os requisitos estabelecidos para cabines Classe II, Tipo A2, assegurando a contenção adequada de aerossóis potencialmente contaminantes.

3.2.4 Considerando o caráter crítico das operações envolvendo agentes NB-3, o projeto da cabine deverá atender a um requisito essencial de segurança: todos os dutos e plenos biologicamente contaminados que operem sob pressão positiva devem ser integralmente circundados por pressão negativa, ou, alternativamente, ser constituídos exclusivamente por dutos e plenos sob pressão negativa, a fim de impedir qualquer possibilidade de liberação de aerossóis contaminados para o ambiente externo e assegurar o nível de confinamento exigido para atividades de elevada biossegurança. A comprovação do atendimento a esse requisito de contenção deverá ser apresentada pelo fornecedor de forma clara e objetiva, por meio de uma das seguintes alternativas: (a) certificação internacional vigente, como NSF/ANSI 49 ou EN 12469, específica para o modelo ofertado; ou (b) certificação conforme ABNT NBR 17095:2023, acompanhada de Relatório Técnico detalhado, contendo esquemas de projeto do fluxo de ar e/ou resultados de testes de estanqueidade que demonstrem, de maneira inequívoca, que o equipamento possui plenos biologicamente contaminados devidamente circundados por pressão negativa, atendendo integralmente aos requisitos de confinamento aplicáveis a ambientes NB-3.

3.2.5 O equipamento deve ser construído em chapa de aço-carbono com tratamento anticorrosivo na parte interna e acabamento pintado com tinta à base de poliuretano, conforme a norma. Além dessas especificações, é obrigatório a base de apoio dotada de rodízios giratórios com freio.

3.2.6 A mesa de trabalho tem que ser construída, no mínimo, em chapa de aço inox 304 com acabamento escovado grana 120, no mínimo.

3.2.7 Quatro cabines devem possuir dimensão externa de aproximadamente 1300x800mm (LxP), uma CBS deve possuir, aproximadamente, 1900x800mm (LxP), com possível regulagem de altura da CSB em até 200 mm adicional.

3.2.8 O sistema da CSB deve possuir janelas basculares ou deslizantes com sistema de alarme que sinaliza quando sua posição estiver incorreta. Ambas as janelas devem ser de vidro temperado para permitir o máximo de visibilidade possível, existindo a possibilidade de manter a janela aberta sem depender do operador.

3.2.9 Deve conter lâmpada fluorescentes e germicida internas no equipamento. A lâmpada germicida deve possuir um temporizador para que permita a programação do tempo de funcionamento pelo usuário para a assepsia da área de trabalho, juntamente o sistema de desligamento automático para quando a janela frontal for aberta ou quando o sistema de iluminação for acionado.

3.2.10 O equipamento deve possuir um nível de ruído abaixo de 75 dB(A).

3.2.11 A sala de instalação fornecerá ao equipamento rede elétrica estabilizada ininterrupta de 60 Hz, trifásico, 220 volts, com plugue ou adaptador para tomada padrão ABNT NBR14136. Potência de, até, 1000 W.

3.2.12 O teto da área de trabalho deve possuir uma tela em alumínio para a proteção do filtro HEPA de insuflamento.

3.2.13 Os Motoventiladores de insuflamento e exaustão devem estar equipados com proteção térmica.

3.2.14 A construção deve ser baseada em Boas práticas de fabricação/GMP farmacêuticas nacionais e internacionais.

3.2.15 A área de trabalho da cabine deve ser projetada para permitir fácil remoção, facilitando a limpeza e a sanitização com encaixe e inserção simples e práticos, assegurando eficiência durante os procedimentos de descontaminação.

3.2.16 Deve possuir um painel eletrônico touch para as funções de ligar/desligar do equipamento, iluminação, lâmpada germicida e seu temporizador. Deve ser possível operação e monitoramento dos parâmetros de forma clara.

3.2.17 O painel deve ter superfície lisa, selada e sem saliências, de modo a evitar o acúmulo de sujeira e permitir fácil limpeza e sanitização manual. Sua construção deve permitir a aplicação por

aspersão de substâncias químicas comumente utilizadas como água e álcool desinfetante. Além disso, a tela touch deve ser do tipo resistivo, garantindo o registro de toques mesmo quando o usuário estiver utilizando luvas.

3.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS UNIDADE MODULARES DE FLUXO UNIDIRECIONAL (UMFU)

3.3.1 A caracterização da UMFU consiste no conjunto: (i) Insuflamento e exaustão; (ii) Interface para configuração; (iii) Pré-filtro sintético e filtro HEPA; (iv) projetado planejada para facilitar limpeza e sanitização; (v) Manômetro, horímetro de equipamentos e lâmpadas no interior do módulo e acessórios vinculados.

3.3.2 O equipamento destina-se a proteção das matérias primas utilizadas para a produção dos insumos do Centro de Produção de Insumos Veterinários, e manipulação de meios de cultivo.

3.3.3 O ambiente de instalação da UMFU tem padrão de construção farmacêutico de Sala Limpa com ar classificado como Grau B e C de limpeza (IN nº35/2019 da ANVISA), com temperatura e qualidade do ar controlada.

3.3.4 A dimensão dos módulos deve prever a instalações dos equipamentos alocados sob ele e deverá ser projetado com diferentes tamanhos conforme definido na especificação do objeto.

3.3.5 O equipamento deve atender às normativas aplicáveis da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (incluindo RDC nº 658/2022, IN nº 35/2019 e IN nº 135/2022), NBR 15767 e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (incluindo Decreto 5053/2004, Instrução Normativa 13/2003, e Ato 7/2006).

3.3.6 Todo o sistema de UMFU deve atender às Normas Regulamentadora (NR) de segurança brasileiras, NR 10 (Segurança em instalações e serviços em eletricidade) e NR 12 (Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos), ou normas equivalentes internacionais. Outras normas técnicas nacionais podem ser aplicáveis, ficando sob responsabilidade do fabricante.

3.3.7 A aquisição do equipamento será realizada por licitação na modalidade de pregão eletrônico do tipo menor preço, sendo que qualquer empresa poderá participar, desde que comprove os requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

3.3.8 O presente termo de referência estabelece que a entrega do equipamento, devidamente instalado e qualificado para uso, ocorrerá no Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR, localizado na Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775 - CIC, em Curitiba - PR, no Centro de Insumos para Diagnóstico Veterinário. Os licitantes deverão assegurar o transporte do equipamento até o

local de instalação designado pelo TECPAR, arcando com todas as despesas diretas e indiretas necessárias para tal, incluindo as formalidades legais e procedimentos pertinentes.

3.3.9 Deve ser composta por iluminação própria, fácil instalação, fechamentos laterais cortados em tiras sobreposta e garantir um ambiente classe 5 de acordo com a norma NBR ISO 14644-1.

3.3.10 O equipamento deve ser construído em aço-carbono, com tratamento anticorrosivo e acabamento pintado com tinta à base de poliuretano, ou equivalente.

3.3.11 A UMFU deve ser sobre colunas. As colunas de apoio devem ter aproximadamente 2 metros de comprimento, ser de fácil remoção e incluir rodízios em suas bases.

3.3.12 Os fechamentos laterais devem ser constituídos por cortinas de PVC translúcidas, cortadas em tiras sobrepostas de fácil remoção para limpeza e desinfecção.

3.3.13 A velocidade do fluxo de ar deve ser de $0,45 \pm 0,05$ m/s.

3.3.14 Possuir regulagem de velocidade (feita através de inversor de frequência) para manter o desempenho do filtro absoluto (Saturação).

3.3.15 O insuflamento e a exaustão deve ser realizado através de filtros HEPA, produzidos uma eficiência de 99,995% para partículas maiores que 0,3 micrometros, classe H14 de acordo com a EN 1822/2019 e ISO 29463. Também devem possuir pré-filtro sintético plissado, classe G4 de acordo com EN 779/2012.

3.3.16 Os motoventiladores de insuflamento e exaustão devem estar equipados com proteção térmica. A troca dos filtros para manutenção devem ser realizadas com facilidade.

3.3.17 Deve possuir alarmes sonoros e avisos para segurança do usuário (Saturação filtros HEPA, falha no sistema de insuflamento, falha no sistema de exaustão).

3.3.18 Deve possuir manômetro analógico e botões de acionamento para as funções de ligar/desligar o equipamento e iluminação interna.

3.3.19 É necessário confirmar todas as medidas antes da emissão da ordem de compra. Os tamanhos dos equipamentos estão especificados na tabela abaixo:

Área aproximada dos módulos (mm)		
Sala	Dimensão (LxPxA)	Quant.
29	1500x1400x650	1
32	2800x2100x650	1
41	2826x1414x650	1
85	1500x1414x650	1
89	3500x2100x650	1
100	2826x1414x650	1
100	2783x1414x650	1
104	1500x1414x650	1
110	3800x2900x650	1
110	2920x1762x650	1

Tabela 1: As dimensões do equipamento poderão ser atendidas por um único módulo ou por múltiplas unidades interligadas, conforme solução técnica do fabricante. O licitante deverá avaliar previamente as condições de acesso e instalação no local, sendo de sua responsabilidade garantir a compatibilidade da solução ofertada com as características físicas das dependências do TECPAR. Recomenda-se a realização de visita técnica prévia para esse fim, conforme orientações constantes no item 3.7 deste Termo de Referência.

3.3.20 O equipamento deve permitir qualificação (QI, QO) e deve prover ambiente de trabalho com nível de limpeza equivalente à ISO Classe 5, conforme NBR ISO 14644-1, e Grau A, segundo requisitos da ANVISA para operações assépticas.

3.3.21 O equipamento deve ligar a 220 V, 60 Hz, com plugue ou adaptador para tomada padrão ABNT NBR14136. Potência de, até, 1000 W (aproximadamente).

3.3.22 O equipamento deve possuir um nível de ruído adequado aos critérios estabelecidos pela NR 15 ou normas internacionais equivalente como ISO 3744 ou 3746.

3.4 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE DOCUMENTO

Além da fabricação e fornecimento do sistema da CSB e UMFUs, devem fazer parte do escopo de fornecimento os itens a seguir:

3.4.1 Fornecimento da documentação técnica, em língua portuguesa, espanhola ou inglesa, de todos os componentes, dentre os quais:

3.4.2 Especificações e critérios para preparação do local de instalação, incluindo construção, utilidades, serviços e conexões;

3.4.3 Especificação técnica;

3.4.4 Certificados de materiais (ex: aço inox), assessórios;

3.4.5 Protocolos de comissionamento no local de instalação, qualificação de instalação e qualificação de operação, para aprovação prévia, além dos respectivos relatórios;

3.4.6 Certificados de calibração de medidores instalados e dos utilizados nos testes de aceitação, com identificação clara da data de execução, critério de aceitação, resultado obtidos e conclusão, com rastreabilidade metrológica dos padrões utilizados;

3.4.7 Instruções de operação e de manutenção;

3.4.8 Planos de manutenção e de calibração;

3.4.9 Lista de peças sobressalentes recomendadas.

Nota I: Toda a documentação deve ser revisada e aprovada pelo sistema da qualidade do fabricante/fornecedor previamente ao envio ao Tecpar.

3.4.10 Fornecimento do Plano de Manutenção Preventiva, em língua portuguesa, com discriminação das tarefas a serem executadas e a periodicidade em que estas devem ser realizadas, a relação de peças/componentes que devem ser substituídos e os EPIs necessários para a atividade.

3.4.11 A execução da qualificação é condicionada ao envio prévio para análise e aprovação dos protocolos pelo Tecpar. Os protocolos, relatórios e a execução dos serviços devem ser em língua portuguesa.

3.4.12 Deverá ser apresentado um documento que comprove já ter realizado serviços semelhantes ao que está sendo licitado. Esse documento precisa mostrar que foram feitas as etapas de Qualificação de Instalação (QI) e Qualificação de Operação (QO) em pelo menos um equipamento igual ou equivalente ao descrito no edital, instalado em sala limpa. O documento deve ser emitido por uma empresa ou órgão público. O serviço realizado deve estar de acordo com as normas da ANVISA (RDC 658/2022, IN 35/2019 e IN 138/2022) e do MAPA (IN 13/2003), ou com normas internacionais equivalentes. O modelo do documento está disponível no Anexo III – MODELO DE ATESTADO DE EQUIPAMENTO INSTALADO E QUALIFICADO.

OBS: O documento deve estar acompanhado de certificado/laudo assinado pela empresa executora do serviço.

Nota: Caso seja apresentado o MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL – ANEXO III, contendo a descrição dos serviços de QI e QO, estará dispensada a apresentação do Anexo II deste item.

3.5 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE SERVIÇOS

3.5.1 Todos os instrumentos de medição e controle acoplados, ou que fazem parte do equipamento, devem ser calibrados com rastreabilidade ao SI (Sistema Internacional de Unidades).

Nota I: O conteúdo e registros das qualificações de instalação e operação devem estar de acordo com normas da ANVISA (RDC 658/2022 e Instruções Normativas vinculadas) e do MAPA, salvo explicitado diferente neste documento.

Nota II: O aceite definitivo da instalação do sistema pelo Tecpar se dará após a aprovação e solução de pendências destas etapas, incluindo aprovação dos respectivos relatórios.

3.5.2 Os protocolos e relatório de qualificação de instalação deverão verificar e atestar que o sistema, como instalado, desempenha suas funções como planejado dentro dos intervalos de operação especificados na aquisição e na documentação técnica emitida pelo fabricante.

3.5.3 Deve ser fornecido treinamentos em operação e manutenção, em língua portuguesa, antes do final da qualificação de operação.

3.5.4 Deve-se instruir a equipe do TECPAR sobre os métodos corretos de partida, operação, parada, procedimentos de emergência.

3.5.5 Deve-se, ainda, instruir técnicos de manutenção, engenheiros e supervisor da área de manutenção do TECPAR de modo a torná-los aptos ao diagnóstico e as ações corretivas visando assegurar a operacionalidade dos sistemas.

3.5.6 O fabricante deve indicar e manter, pelo prazo mínimo de 5 anos, pelo menos um serviço técnico nacional autorizado e especializado nos serviços de manutenção e fornecimento de peças/consumíveis.

3.5.7 O fabricante deve fornecer listas de peças e acessórios com identificação de marca, modelo, descrição comercial e, pelo menos, um fornecedor da peça ou equivalente no mercado nacional.

3.5.8 A assistência técnica deve ser capaz de proporcionar atendimento dentro das necessidades do TECPAR dentro de um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a contar da comunicação telefônica ou virtual.

3.5.9 Fornecimento de consumíveis necessários para a correta operação do sistema, conforme plano de manutenção preditiva, pelo prazo mínimo de 1 anos contado a partir do aceite definitivo da instalação do sistema pelo Tecpar. O prazo de validade dos consumíveis deve abranger todo

período previsto de utilização. Caso necessário, podem ser acordadas entregas gradativas entre o fornecedor e o Tecpar.

3.5.10 Fornecimento do sistema inteiramente instalado e operando, incluindo transporte, movimentação até o Tecpar campus CIC, na Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775 - Cidade Industrial de Curitiba, Paraná (CEP: 81350-010).

3.6 CONDIÇÕES GERAIS DE PROPOSTA E GARANTIA

3.6.1 A solução proposta pelos proponentes deve ser completa e suficiente para o atendimento a todos os objetivos e especificações descritas neste termo. Caso haja especificações ou requisitos que não sejam atendidos, esse fato deve estar explícito e devidamente justificado nas propostas encaminhadas.

3.6.2 A proposta deve explicitar a divisão de responsabilidades entre o Tecpar e o fornecedor.

3.6.3 A proposta deve explicitar o prazo de entrega que inicia a partir da emissão da Ordem de Compra pelo Tecpar.

3.6.4 Deve ser fornecida garantia, pelo período mínimo de 12 meses, contra defeitos de projeto, fabricação, materiais e de atendimento às condições de operação, conforme legislação brasileira aplicada ao objeto incluindo o código de defesa do consumidor. O prazo de garantia deve iniciar após a finalização da entrega, instalação e qualificação.

3.6.5 Deve garantir que qualquer imperfeição resultante de defeitos de construção ou falha de projeto que venha a ocorrer, será corrigida sem qualquer ônus para o Tecpar, no menor prazo possível.

3.6.6 Em caso de substituição integral do equipamento, o prazo de garantia deve ser reiniciado. Em caso de substituição parcial, o prazo de garantia deve ser estendido em 90 dias.

3.6.7 O Tecpar reserva para si o direito de rejeitar equipamentos ou materiais que apresentarem defeitos irrecuperáveis, fabricação inadequada, excesso de reparos ou que não estejam de acordo com os requisitos deste Termo de referência, mesmo que a constatação das irregularidades ocorra após a aceitação do objeto.

3.6.8 A proposta deve considerar a aquisição, via processo licitatório por pregão eletrônico, de produtos nacionais ou nacionalizados. Para mais informações, cabe ao fornecedor consultar o Regimento Interno de Licitações e Contratos (RILC) do Tecpar, disponível em nosso site.

3.6.9 A proposta deve contemplar, em seu valor total, todos os custos para fornecimento dos equipamentos e serviços, incluindo transporte, transporte e alocação no Tecpar, hospedagem,

translado e alimentação de funcionários, impostos, além de serviços adicionais a serem contratados pelo fornecedor.

3.6.10 A proposta deve contemplar, de maneira clara, a composição do valor total. No caso da contratação, valores para pagamentos deverão estar de acordo com essa composição do valor total.

3.6.11 A proposta deve assegurar a disponibilidade de assistência técnica no Brasil.

3.6.12 Os preços devem ser apresentados em moeda corrente nacional (Real), sendo necessário informar o valor em algarismos quanto por extenso.

3.6.13 Não serão aceitas solicitações de revisão de valores após a assinatura do contrato.

3.6.14 O preço ofertado na proposta permanecerá fixo e irrevogável até a data de seu efetivo pagamento, garantindo previsibilidade financeira para ambas as partes.

3.6.15 O preço ofertado é de exclusiva responsabilidade do licitante; não será aceito pedido de alteração por alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo.

3.6.16 Qualquer tributo, custo ou despesa, seja direta ou indiretamente relacionado ao fornecimento do objeto da presente licitação e que tenha sido omitida ou incorretamente cotado na proposta, será considerado como incluído no preço apresentado.

3.6.17 Não será admitido pleito de acréscimo sob qualquer justificativa.

3.6.18 O Tecpar não se responsabiliza por quaisquer despesas adicionais que a contratada possa querer imputar à instituição.

3.6.19 Qualquer ressalva ou declaração contrária a esta compreensão será desconsiderada e não terá legitimidade jurídica.

3.6.20 A proposta deve detalhar claramente a composição do valor total apresentado.

3.6.21 O não cumprimento dessas diretrizes poderá resultar na desclassificação do licitante.

3.6.22 Nos valores apresentados, deverão estar incluídos todos os custos operacionais e quaisquer outros encargos que possam incidir direta ou indiretamente sobre o objeto da licitação.

3.6.23 O prazo máximo de entrega após o recebimento da ordem de compra será de até 180 (cento e oitenta) dias.

3.7 ENTREGA DO PRODUTO:

Instituto de Tecnologia do Paraná – TECPAR. Divisão de Logística
Rua Professor Algacyr Munhoz Mader, 3775. CEP: 81350-010. Curitiba/PR

A/C Giselle Almeida Nocera Espirito Santo, telefone (41) 3316-3000, e-mail: civ@tecpa.br.

Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, poderá o licitante realizar vistoria no local de execução dos serviços, acompanhado por representante do TECPAR, de segunda a sexta-feira, das 08 às 11 horas e das 13 às 15 horas, mediante agendamento prévio a ser realizado junto ao CIV, por meio do e-mail civ@tecpa.br, ou pelo telefone (41) 2104-3409.

A visita técnica é **FACULTATIVA**, podendo as empresas interessadas em participar desta licitação comparecer à unidade CIC do TECPAR, para conhecimento de todas as informações e condições locais necessárias ao cumprimento das obrigações. Caso a licitante opte por não realizar a visita técnica, deverá obrigatoriamente apresentar a **Declaração de Dispensa de Visita Técnica**, conforme modelo constante do **Anexo IV** do presente instrumento.

O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

Para a realização da visita técnica, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

A entrega do equipamento deverá ser previamente agendada com o responsável pelo setor de Engenharia do Tecpar, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos.

Caso, por motivos atribuídos ao Tecpar, a entrega não possa ser realizada na data inicialmente proposta pela empresa vencedora, o equipamento deverá ser mantido sob responsabilidade da fornecedora por até 60 (sessenta) dias corridos, sem ônus ou prejuízo para o Tecpar.

5. PESQUISA DE PREÇOS (RILC Art. 22 “c”)

Para estabelecer o preço máximo admissível para o objeto deste Termo de Referência, é conduzida uma pesquisa de mercado utilizando orçamentos fornecidos por empresas especializadas no setor. O processo busca garantir a competitividade e a adequação dos valores praticados no mercado. Com base nos dados obtidos, adota-se como referência a média para o lote 1 e mediana dos valores apresentados para o lote 2, assegurando critérios de economicidade e eficiência. Essa abordagem visa atender aos princípios de transparência e responsabilidade na gestão dos recursos.

6. PARCELAMENTO DO OBJETO (RILC Art. 22 “d”)

A licitação para a aquisição de que trata o objeto deste termo de referência será efetuada em dois lotes/objetos visando favorecer a competitividade e economicidade do processo. Considerando a natureza e a finalidade dos objetos em questão, entende-se que o parcelamento dos objetos entre diferentes fornecedores não é viável nem recomendável. Isso se deve à necessidade de padronização técnica, compatibilidade entre os equipamentos, uniformidade nos serviços de instalação, calibração, qualificação e treinamento, além da garantia de manutenção e suporte técnico centralizado.

A aquisição dos objetos em dois lotes assegura maior eficiência operacional, facilita o controle de qualidade e evita riscos relacionados à heterogeneidade de modelos, marcas ou

especificações técnicas. Além disso, a contratação de um único fornecedor por lote contribui para a otimização logística e administrativa, reduzindo custos indiretos e complexidades contratuais.

Portanto, justifica-se a não divisão dos objetos, com base na busca por maior eficiência, segurança técnica e operacional, conforme previsto na legislação aplicável à contratação pública.

7. SUSTENTABILIDADE (RILC Art. 22 “e”)

A aquisição do material descrito no Termo de Referência deverá, nos termos do art. 32 § 1º da Lei 13.303/2016, disciplinado no art. 4, § 2º do RILC e da legislação em vigor, adotar boas práticas de sustentabilidade ambiental, seguindo principalmente os critérios abaixo:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

§ 1º As licitações e os contratos disciplinados por esta Lei devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

- I - Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas contratadas;
- II - Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - Avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- V - Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados por empresas públicas e sociedades de economia mista;
- VI - Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

8. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (RILC Art. 22 “f”)

A licitação para a aquisição de que trata o objeto deste Termo de Referência será efetuada em dois lotes destinados à ampla participação, devido ao valor dos equipamentos, que excede o limite para contratações públicas destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, estão garantidos o tratamento diferenciado às microempresas e empresa de pequeno porte previsto nos artigos 42, 43 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

9. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS/CONTÍNUOS/MODALIDADE DE AQUISIÇÃO (RILC Art. 22 “g”)

9.1 Consideram-se bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital com base nas especificações usuais

praticadas no mercado. Sendo assim, de acordo com os elementos constantes neste termo de referência, fica evidenciado que a natureza do objeto contratado é comum.

9.2 Os itens a serem adquiridos são considerados de natureza comum. De acordo com sua classificação, o procedimento de aquisição será pela modalidade de licitação “Pregão Eletrônico”, nos termos da legislação vigente.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE (RILC Art. 22 “h”)

10.1 Além dos encargos estipulados no Edital, em seus anexos ou nas leis vigentes que deram origem e este Termo de Referência, constituem responsabilidades:

Da Contratada:

Entregar o equipamento e seus acessórios conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecê-los na qualidade e quantidades especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

10.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 à 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3 Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.4 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do fornecimento e de informações que venha a ter acesso;

Conforme demais obrigações constantes do Edital.

Da Contratante:

10.7 Conforme obrigações constantes do Edital.

11. FORMA DE PAGAMENTO (RILC Art. 22 “i”)

11.5 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega do equipamento, mediante a emissão do aceite final. Este será concedido após a resolução de todas as pendências relacionadas à qualificação de instalação e operação, incluindo os treinamentos em operação e manutenção, e desde que o recebimento definitivo tenha sido devidamente aprovado pela área contratante.

11.6 As qualificações pendentes serão realizadas em momento oportuno, em data a ser definida posteriormente, conforme acordado entre as partes.

11.7 Ocorrendo atrasos, o prazo será contado a partir da data da efetiva entrega.

11.8 O CNPJ da contratada utilizado para a emissão da nota fiscal e para os pagamentos subsequentes deve ser o mesmo apresentado na proposta comercial.

11.9 Os pagamentos à empresa vencedora do certame, de acordo com a Resolução da SEFA nº 827, de 12/08/2021, ficarão condicionados a prévia indicação dos dados de conta corrente junto ao Banco do Brasil, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

12. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (RILC Art. 22 “j”)

12.1. Os licitantes deverão comprovar sua regularidade jurídica, fiscal e trabalhista para o fornecimento do equipamento, mediante a apresentação da documentação exigida neste edital, bem como demonstrar sua capacidade técnica conforme os requisitos estabelecidos na habilitação técnica abaixo, em conformidade com o RILC e demais normativas aplicáveis.

12.2 HABILITAÇÃO TÉCNICA:

12.2.2 O Licitante deverá apresentar declaração formal de ciência e comprometimento com os requisitos técnicos estabelecidos para o objeto da licitação, conforme modelo de declaração em Anexo I - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMETIMENTO TÉCNICO.

12.2.3 A experiência profissional deverá ser evidenciada por meio da execução prévia de serviços de projeto, instalação, qualificação ou manutenção de equipamentos bioindustriais iguais ou equivalentes, realizados em Indústrias Farmacêuticas, Biofarmacêuticas ou Biotecnológicas. Para comprovar a CAPACIDADE TÉCNICA e a experiência no fornecimento do equipamento, o licitante deverá apresentar a documentação comprobatória que estará sujeita à aprovação da Administração. Será necessário a apresentação da documentação conforme descritos abaixo:

- a) Comprovação da execução de serviços de projeto, instalação e qualificação de equipamentos bioindustriais iguais ou equivalentes, em ambiente de sala limpa, conforme normas regulatórias vigentes. A comprovação deverá ser feita por meio de declaração/atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que o profissional indicado pelo licitante participou da execução de pelo menos 1 (um) serviço relacionado a equipamento igual ou similar, em conformidade com as normas da ANVISA e respectivas instruções normativas vinculadas

(RDC 658/2022, IN 35/2019 e IN nº 138/2022) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA (IN 13/2003) ou normas internacionais equivalentes como ASME BPE, FDA 21 CFR Parte 211 e PIC/s – Anexo 1. Conforme Anexo II - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL.

12.3 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO:

A comissão avaliadora, com base nos critérios definidos no edital, analisará os seguintes aspectos:

Essa estrutura de habilitação tem como objetivo assegurar que os licitantes possuam a capacidade jurídica, fiscal, trabalhista e técnica necessária para fornecer o objeto requerido, além de garantir que a solução proposta atenda plenamente aos requisitos estabelecidos pelos instrumentos normativos.

OBS: Todos os documentos deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada, conforme exigido no edital, e eventuais inconsistências deverão ser devidamente justificadas pelo licitante.

13. SUBCONTRATAÇÃO (RILC Art. 22 “k”)

É obrigação da contratada responsabilizar-se integralmente pela entrega dos materiais constantes deste termo de referência, nos termos da legislação vigente, sendo-lhe proibida a subcontratação. Excetuam-se subcontratações de laboratórios acreditados para realização de calibrações, quando assim especificado.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA (RILC Art. 22 “l”)

14.1. Na hipótese de alteração das condições de habilitação jurídica da CONTRATADA, em razão de fusão, cisão, incorporação ou associação com outrem, o presente contrato e/ou ordem de compra de serviço pode ser ratificado e sub-rogado para a nova empresa, sem ônus para o TECPAR, e com a concordância deste, com transferência de todas as obrigações aqui assumidas, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial.

14.2. É reservado ao TECPAR o direito de decidir se mantém ou não a execução do contrato e/ou ordem de compra de serviço com empresa resultante da alteração social.

14.3. Em caso de cisão, o TECPAR pode rescindir o contrato e/ou ordem de compra de serviço ou continuar sua execução, pelo prazo restante, com a empresa que, dentre as surgidas da cisão, melhor atenda às condições iniciais de habilitação.

14.4. Em quaisquer das hipóteses de que trata o caput, a ocorrência deve ser formalmente comunicada ao TECPAR, anexando cópia do documento comprobatório da alteração social, devidamente registrada.

14.5. A não apresentação do comprovante em até 5 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social sujeita a CONTRATADA à sanção de advertência e, persistindo a omissão, à rescisão do contrato e/ou ordem de compra de serviço, com aplicação de multa e das demais sanções previstas em lei.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO (RILC Art. 22 “m”)

15.1. O RILC do Tecpar estabelece dispositivos sobre a execução e o recebimento dos contratos firmados pelo Instituto. Referente ao recebimento do objeto, o regulamento determina o recebimento provisório e definitivo de bens e serviços.

15.2. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com a especificação contidas neste Termo de Referência.

15.3. Definitivamente, após a confirmação da especificação técnica do presente objeto e consequente aceitação por parte da área demandante do TECPAR.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (RILC Art. 22 “n”)

16.1. As sanções administrativas estão contidas no Edital.

16.2. O não cumprimento de quaisquer das cláusulas e condições pactuadas na ordem de compra, instrumento contratual ou documento congênere ou a sua inexecução parcial ou total, poderá ensejar a aplicação de penalidade financeira e rescisão contratual, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme dispõe o RILC e constantes do Edital de Licitação e seus anexos.

17. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA (RILC Art. 52 § 2º)

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da licitação.

(Assinado eletronicamente)

Giselle Almeida Nocera Espirito Santo
Gerente do Centro de Insumos para Diagnóstico Veterinário

(Assinado eletronicamente)

Elder Ribeiro Pereira
Gerente do Setor de Produção de Insumos Bacterianos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO I
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E COMPROMETIMENTO TÉCNICO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede no endereço _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, vem, respeitosamente, apresentar a presente **DECLARAÇÃO** em relação à [NOME/OBJETO DA LICITAÇÃO], nos seguintes termos:

1. A empresa declara que tomou pleno conhecimento de todas as exigências, especificações e requisitos técnicos estabelecidos no Edital e seus anexos para o fornecimento do objeto licitado.
2. Compromete-se a atender integralmente a todas as condições e exigências técnicas estabelecidas, garantindo a conformidade dos produtos/serviços ofertados com os parâmetros exigidos pela Administração.
3. Declara estar ciente das obrigações legais decorrentes da participação no certame licitatório e do eventual cumprimento do contrato, comprometendo-se a observar rigorosamente todas as normas aplicáveis.,

Nestes termos, firma a presente declaração para os devidos fins.

Dados do Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

RG: _____

Cargo Ocupado na Empresa: _____

_____, _____ de _____ de 2026.
(assinatura do representante legal da empresa proponente)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL

Atestamos para os devidos fins e efeitos legais, que o profissional abaixo identificado, empregado/representante da empresa _____, de razão social _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com inscrição estadual nº _____ estabelecida no endereço _____, nº _____, Bairro _____, Município de _____, Estado _____, prestou os seguintes serviços:
Descrição dos serviços prestados (especificar escopo e prazo de execução):

Dados do equipamento: _____
Modelo do software: _____
Data da execução: _____

Dados do profissional responsável pela execução:

Nome: _____
CPF: _____
Cargo: _____

Informamos ainda que os serviços foram executados de forma satisfatória, com bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido integralmente com suas obrigações contratuais, não havendo, até a presente data, qualquer registro que desabone sua conduta técnica ou comercial.

Dados da empresa emitente:

Razão social: _____
CNPJ: _____

_____, ____ de ____ de ____.

Nome do responsável da empresa emitente, assinatura e carimbo

_____, ____ de ____ de ____.
Assinatura do representante legal da empresa proponente

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EQUIPAMENTO INSTALADO E QUALIFICADO

(Em papel timbrado da empresa emitente)

Atestamos, para os devidos fins e efeitos legais, que a empresa _____, estabelecida na cidade de _____, Estado do _____, localizado à _____, n° _____, Bairro _____, inscrita no **CNPJ sob nº** _____, prestou serviços de Qualificação de instalação (QI) e Qualificação de Operação (QO) em sala limpa referentes ao objeto requerido neste edital, em conformidade com normas regulatórias aplicáveis, e compatíveis com as exigências do Pregão Eletrônico Nº _____ 2026.

Descrição dos serviços prestados:

(especificar detalhadamente o escopo e o prazo de execução).

Declaramos, ainda, que os serviços prestados demonstraram bom desempenho técnico-operacional, tendo sido executados conforme o contratado, sem registros que desabonem a empresa técnica ou comercialmente até a presente data.

Nome completo do responsável pela empresa emitente: _____

Cargo: _____

CPF nº: _____

_____ Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo (se aplicável)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Objeto: _____

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, na condição de representante legal devidamente constituído da empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, para fins de participação no presente certame licitatório, DECLARO, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que possuímos pleno conhecimento de todas as condições relacionadas ao local de instalação e execução do objeto, mesmo sem a realização da visita técnica prevista neste Termo de Referência.

Declaro, ainda, que a empresa assume integral responsabilidade pelas condições de acesso, instalação, logística, adequação do equipamento ofertado e demais obrigações decorrentes da execução contratual, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento das condições existentes como justificativa para o não cumprimento das obrigações assumidas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____ Cidade, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo (se aplicável)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026
ANEXO X
MATRIZ DE RISCO

A gestão de riscos é crucial para assegurar a eficácia e a segurança nos processos organizacionais. O risco, sendo um evento incerto, pode impactar negativamente os objetivos da contratação. É essencial identificar as condições que podem facilitar a ocorrência desses eventos.

A identificação das consequências associadas a cada risco é fundamental para uma resposta eficaz. A avaliação da probabilidade e do impacto será realizada em uma escala de 1 a 5, conforme as tabelas de classificação abaixo. Após calcular o produto da probabilidade pelo impacto, obtém-se o nível de risco, que será classificado como baixo, médio, elevado ou extremo, orientando a priorização das ações necessárias.

O tratamento do risco envolve desenvolver ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar a ocorrência dele. É crucial descrever a ação adequada para cada risco identificado e designar os responsáveis pela implementação, permitindo à organização minimizar impactos negativos e otimizar suas operações, garantindo o cumprimento de seus objetivos.

A probabilidade, o impacto e o nível de risco estão sendo avaliados de acordo com as tabelas apresentadas abaixo.

P - PROBABILIDADE Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Referência	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5
I - IMPACTO Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Referência	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

Nível de Risco P x I	
1 a 2	Baixo
3 a 7	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

Evento de Risco		Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Classificação de Risco	Mitigação ao Risco	Responsabilidade
1	Falha na contenção (fluxo de ar / pressão)	Filtro HEPA saturado ou mal instalado; vazamentos; exaustor deficiente	Contaminação do produto e do ambiente; perda da classe ISO	2	4	8	Elevado	Exigir certificação internacional vigente, como NSF/ANSI 49 ou EN 12469 ou Certificação conforme ABNT NBR 17095:2023 , acompanhada de Relatório Técnico com esquemas de fluxo de ar e/ou testes de estanqueidade. O relatório deve comprovar, de forma inequívoca, confinamento por pressão negativa de agentes biologicamente contaminados, atendendo aos requisitos de ambientes NB-3 .	Contratada
2	Falha na Qualificação de Instalação e Operação	Negligência na avaliação de fornecedores quanto à experiência em qualificação de sistemas de envase.	Operação inadequada da máquina, resultando em falhas de desempenho e qualidade. Aumento do risco de contaminação dos produtos, comprometendo a segurança e a eficácia. Elevados custos com retrabalho e manutenção devido a problemas não detectados durante a instalação e operação.	2	4	8	Elevado	Exigir documentação comprobatória: Solicitar certificados de qualificação de instalação (QI) e operação (QO) do fabricante e do fornecedor. Auditorias e inspeções: Realizar auditorias regulares e inspeções durante a instalação para garantir conformidade com as normas. Treinamento: Implementar programas de treinamento para a equipe operativa sobre as práticas adequadas de instalação e operação. Validação: Estabelecer processos de validação sistemática para assegurar que o equipamento funcione conforme especificações e normas regulatórias.	Contratante
3	Falta de rastreabilidade na calibração	Equipamentos não calibrados ou certificados não válidos	Produtos fora das especificações, retrabalho	2	3	6	Médio	Exigir registro na Anvisa, assim como, comprovantes de calibração rastreáveis realizados por laboratórios certificados pela RBC (Rede Brasileira de calibração) ou	Contratante Contratada

Evento de Risco		Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Classificação de Risco	Mitigação ao Risco	Responsabilidade
								os padrões utilizados na calibração deve ser rastreáveis à RBC.	
4	Não conformidade com a NR 10	Falta de certificação ou projeto inadequado	Riscos elétricos, acidentes de trabalho	2	3	6	Médio	Exigir certificado de conformidade com a NR 10 de equipamento equivalente instalado	Contratada
5	Não conformidade com a NR 12	Falta de medidas de segurança nas máquinas	Acidentes, lesões e multas	2	2	4	Médio	Solicitar certificado de conformidade com a NR 12 de equipamento equivalente instalado.	Contratada
6	Falhas na documentação de operação e aquisição de dados	Software não compatível com as regulamentações	Problemas de conformidade e rastreabilidade	2	4	8	Elevado	Exigir software que atenda FDA 21 CFR parte 211 e ASME BPE.	Contratante
7	Materiais não conformes	Fornecedores inadequados ou materiais de baixa qualidade	Produtos comprometidos, retrabalho e insatisfação do cliente	2	3	6	Médio	Exigir certificados de materiais.	Contratada Contratada
8	Falha no sistema de automação	Erro de software ou falha de comunicação entre sensores.	Processamento incorreto, risco de contaminação.	2	4	8	Elevado	Testes periódicos e redundância de sistemas críticos, comprovação de equipamento instalado por documentação que comprove as características do objeto, igual ou similar, já instalado.	Contratada

Assinatura eletrônica
Giselle Almeida Nocera Espírito Santo
Gerente do Centro de Insumos para o Diagnóstico Veterinário

Assinatura eletrônica
Elder Ribeiro Pereira
Gerente do Setor de Produção de Insumos Bacterianos